

<b>10 DE MAIO DE 2022</b> <p><b>35ª SESSÃO ORDINÁRIA</b></p>
<p>Presidência: CORONEL TELHADA, TENENTE NASCIMENTO, GIL DINIZ e ADRIANA BORG0</p>

<b>RESUMO</b>
<p>PEQUENO EXPEDIENTE</p> <p>1 - CORONEL TELHADA Assume a Presidência e abre a sessão.</p> <p>2 - ENIO LULA TATTO Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>3 - TENENTE NASCIMENTO Assume a Presidência.</p> <p>4 - CORONEL TELHADA Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>5 - GIL DINIZ Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>6 - ADRIANA BORG0 Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>7 - GIL DINIZ Assume a Presidência.</p> <p>8 - PRESIDENTE GIL DINIZ Demonstra apoio ao discurso da deputada Adriana Borgo.</p> <p>9 - TENENTE NASCIMENTO Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>10 - CONTE LOPES Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>11 - MAJOR MECCA Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>GRANDE EXPEDIENTE</p> <p>12 - ADRIANA BORG0 Assume a Presidência.</p> <p>13 - GIL DINIZ Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>14 - FREDERICO D’AVILA Por inscrição, faz pronunciamento (aparteado pelo deputado Conte Lopes).</p> <p>15 - GIL DINIZ Assume a Presidência.</p> <p>16 - MAJOR MECCA Para comunicação, faz pronunciamento.</p> <p>17 - CONTE LOPES Por inscrição, faz pronunciamento.</p> <p>18 - CAIO FRANÇA Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.</p> <p>19 - PRESIDENTE GIL DINIZ Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 11/05, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Coronel Telhada.</p> <p>***</p> <p>- Passa-se ao</p>

<b>PEQUENO EXPEDIENTE</b>
<p>***</p>

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Começamos o Pequeno Expediente com os seguintes oradores inscritos: deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada. Falarei posteriormente. Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Tenente Nascimento. Tenente Nascimento, o senhor vai falar? Não vai fazer uso da palavra.

Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Deputado Frederico d’Ávila. (Pausa.) Deputado Conte Lopes. (Pausa.) Deputada Leticia Aguiar. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira. (Pausa.)

Pela lista suplementar, deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Emídio de Souza. (Pausa.) Deputado Edmir Chedid. (Pausa.) Deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Deputado Coronel Nishikawa. Não fará uso da palavra? Deputado Enio Tatto.

Vossa Excelência tem o tempo regimental. O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste e deputados aqui presentes. Cumprimento todos os funcionários. Eu venho a esta tribuna para lamentar o que ocorreu hoje na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento desta Casa.

Primeiro, faz mais de dois meses que essa comissão não marcava a reunião. Então, era proposital. A gente denunciava isso, cobrava que essa comissão, como as demais, tem que se reunir. A Casa não pode parar. Tem muitos projetos importantes, principalmente de deputados, pendedes de votação.

Aí o deputado presidente da comissão, Gilmaci Santos, marcou reunião para hoje, às 13:30, e o primeiro item da pauta era a votação do PDL 22/2020. Do que trata o PDL 22/2020? Ele taxa os rendimentos de aposentados e pensionistas vinculados ao Estado de São Paulo. É para revogar aquele famigerado decreto do Doria, o nº 65.021, de 19.06.2020, que criou a taxa, e a comissão não deu quórum novamente.

Interessante é que tinha dado quórum. Aí, de repente, um deputado se retirou da comissão e derrubou a sessão. Nós reclamamos o tempo todo. Ouvimos a população do estado de São Paulo inteira, os aposentados, pensionistas e familiares. Em cada canto do estado do Estado de São Paulo, em cada cidade, tem um aposentado do funcionalismo público que clama pela revogação desse PDL 22/2020. Infelizmente, mais uma vez não deu quórum, e a gente não pôde votar esse PDL.

É óbvio que o deputado tem a livre opção de participar da reunião ou não, de obstruir. Nesse caso, a gente tem certeza absoluta de que não é nem o deputado, mas sim o Palácio do Governo que está orientando para não dar quórum. É para não votar esse PDL do deputado Carlos Giannazi, contra esse crime, esse confisco que o governo Doria e o governo Rodrigo Garcia fizeram com os aposentados e pensionistas do estado de São Paulo.

O que aconteceu? No dia 20 de junho de 2020, ele taxou os aposentados e pensionistas de 11 a 14 por cento. É um absurdo. Pessoas que trabalharam 30, 40 anos no governo atendendo a população, de repente, tiveram seus salários taxados.

Um funcionário aposentado ou pensionista que ganhava três mil reais começou a pagar em torno de 300 reais por mês. Outro, que ganhava mais de três mil reais até o teto, começou a pagar 14% do seu salário. Até mesmo quem ganha salário mínimo - e tem gente que ganha salário mínimo - começou a ser taxado em 11 por cento. É uma crueldade enorme.

Agora tem PDL do deputado Carlos Giannazi e o PDL da deputada Bebel. No dia de hoje, foi o PDL do Carlos Giannazi. A gente recebeu mensagem do estado de São Paulo inteiro. Eu duvido que tenha um deputado da Comissão de Finanças e Orçamento que não tenha recebido milhares de mensagens nos últimos dias.

Estamos fazendo audiências públicas no estado de São Paulo todo. São 30, já fizemos vinte e uma. Em todos os lugares, o que mais foi pedido é que a gente derrube, a gente revogue

esse PDL, para acabar com essa lei, maldita lei, famigerada lei feita por decreto pelo Doria e pelo Rodrigo Garcia.

Infelizmente, depois de tanta pressão para pautar, foi pautado no dia de hoje e não deu quórum. O deputado Gilmaci já se comprometeu a pautar novamente na terça-feira, no mesmo horário.

Aí tem que fazer uma pressão nos partidos políticos, nos deputados, para comparecerem a essa reunião, que é muito importante. Existe uma pauta extensa, porque faz mais de dois meses que a comissão não se reúne, mas esse PDL, o item 1 da pauta, é o mais importante.

A gente precisa revogar, precisa derrubar essa famigerada lei que o Doria e o Rodrigo Garcia decretaram aqui no estado de São Paulo. Mais uma vez, eu falo: é uma vergonha taxar o aposentado e o pensionista. Uma taxação grande, enorme, principalmente pelo valor que eles ganham.

Então, terça-feira a gente vai estar novamente na comissão e vamos cobrar, vamos pressionar. E não adianta: todos os aposentados e pensionistas do estado de São Paulo têm o nome dos deputados que fazem parte da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.

Hoje, eles sabem quem estava na reunião, que era este deputado pelo PT, o deputado Caio França pelo PSB, o deputado Gilmaci pelo Republicanos e o deputado Adalberto Freitas, que acho que está no PSDB. Os demais não compareceram. Por isso, foi derrubada a sessão, porque não deu quórum.

Era isso, Sr. Presidente.

Mais uma vez: foi vergonhoso o que aconteceu hoje na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Alesp.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Tenente Nascimento.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - REPUBLICANOS - Seguindo a lista de oradores inscritos, quero chamar para o seu pronunciamento o deputado Coronel Telhada. O deputado Coronel Telhada tem o tempo regulamentar para fazer o seu pronunciamento de cinco minutos.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, presidente. Cumprimentar todas as deputadas e deputados aqui presentes, saudar os Srs. Assessores e Srs. Assessoras, os policiais militares, policiais civis aqui presentes na data de hoje, dia 10 de maio de 2022; é uma terça-feira.

Quero começar aqui, Sr. Presidente, informando que ontem eu estive na reunião do Conseg lá da Vila Prudente. Eu havia sido convidado pela presidente do Conseg, que me convidou outro dia; nós estivemos juntos num evento. A dona Marlene me convidou e ontem eu estive lá no Conseg da Vila Prudente participando, conversando com aquela população.

Quero mandar um abraço para a dona Marlene, que aparece na foto comigo, para o capitão Bruno Mattos também, que estava presente. É o comandante da 4ª Cia do 21º. Parabéns pelo trabalho que ele tem feito, a Polícia Civil, a Guarda Civil Metropolitana.

Parabéns a todos que têm trabalho na região. Também quem normalmente me representa lá é meu assessor, Antônio Fonseca, e ontem nós estivemos juntos lá conversando com a população local.

Hoje, dia 10 de maio, é o Dia da Cavalaria. Então um abraço a todos amigos e amigas da querida arma de Cavalaria não só da Polícia Militar, do nosso Exército Brasileiro também.

Um abraço a todos que batalham nessa nobre arma. Hoje, também, para a Polícia Militar é um dia muito especial. É o dia que nós relembramos a memória do capitão Alberto Mendes Júnior.

O capitão Alberto Mendes Júnior foi morto em 10 de maio de 1970. Foi morto desarmado pelo traidor da Pátria, desertor do Exército Brasileiro, Carlos Lamarca, e seus bandidos que andavam juntos. E hoje ele é o nosso patrono; é o patrono da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Estive lá na Rota hoje com a família do Alberto Mendes Júnior.

Estou na foto com o meu querido amigo Aduino Mendes e a esposa dele, a dona Beth. O Aduino é irmão do Alberto Mendes Júnior; nós estivemos lá na Rota. Também quero aproveitar e cumprimentar o novo comandante da Rota, que está ao nosso lado aí; é o coronel Fábio Amaral.

O coronel Fábio Amaral foi tenente, foi capitão, foi major na Rota e hoje assume como comandante do Batalhão Tobias de Aguiar. Parabéns ao coronel Fábio Amaral, sucesso na missão.

Um abraço também a família do Alberto Mendes Júnior, ao Aduino Mendês, a esposa Beth. E lembrando sempre, eu sempre digo e repito: meus heróis não morreram de overdose. Meus heróis são aqueles que se sacrificam pela Pátria, pela cidade e pelo cidadão.

Falando em heróis, eu quero aqui lamentar a morte de um policial militar na Bahia, o policial militar Alexandre Menezes. Ele foi morto no domingo, dia 8 de maio, lá no bairro de Águas Claras, em Salvador; ele foi baleado na cabeça.

Ele estava com a equipe fazendo rondas na região quando foi surpreendido por homens que atiraram na direção da viatura e balearam o PM Alexandre Menezes na cabeça.

Ele chegou a ser socorrido, mas, infelizmente, faleceu. Os nossos sentimentos a família do Alexandre Menezes e a toda a Polícia Militar da Bahia. Como se isso não bastasse, gente, nos dias posteriores, quando os policiais foram enterrar o Alexandre Menezes, houve um novo atentado contra a Polícia Militar da Bahia e dois policiais militares que estavam vindo do funeral do Alexandre Menezes, estavam chegando do funeral, foram mortos em Salvador, quando voltavam do velório.

São o Vitor Vieira Ferreira Cruz e Shanderson Lopes Ferreira, que foram atacados por criminosos. Chegaram a ser socorridos, mas, infelizmente, esses dois policiais militares também foram mortos. Então nossas condolências à família desses policiais e a todos policiais militares da Bahia.

Aqui nós temos vários projetos de lei voltados à área de Segurança e nós temos o Projeto de lei nº 556, de 2016. Esse projeto dispõe sobre a instalação de câmeras de vigilância em transportes coletivos intermunicipais e similares no estado de São Paulo. Esse projeto foi votado nesta Casa, foi aprovado nesta Casa e quando foi para o Palácio do Governo, foi vetado pelo governador, que, na época, era o Geraldo Alckmin.

Então é um absurdo; é uma grande perda para a Segurança Pública. Coloque o vídeo. Vocês souberam que nesta semana nós tivemos um triste acidente de ônibus onde o cantor sertanejo Aleksandro, da dupla Conrado e Aleksandro...

Eles foram vítimas de um acidente no ônibus e o cantor Aleksandro acabou falecendo junto com outras cinco pessoas. Nós temos um vídeo de um cidadão que filmou o ônibus dessa dupla em altíssima velocidade por uma estrada.

\*\*\*

- É exibido o vídeo.

\*\*\*

Eu não sei se se foi no mesmo dia, se foram dias antes, mas nesse vídeo ele filma o mesmo ônibus e ainda fala: “cuidado, pode haver um acidente”. O ônibus chega a 120, 130 e 140 em determinados trechos.

Na realidade, o ônibus do cantor Conrado e Aleksandro tombou na Rodovia Régis Bittencourt, no interior de São Paulo, naquela manhã, feriu 11 pessoas e matou seis pessoas, dentre elas, o cantor Aleksandro. Se nós tivéssemos essa lei em cumprimento, essa lei em vigor, com certeza nós teríamos imagens que levariam a entender o porquê do acidente.

E mais: possivelmente nós até tivéssemos evitado esse acidente porque a câmera teria feito ou o motorista agir com mais cautela ou então mostrar que de repente não foi culpa do motorista.

Enfim, é uma lei que visa evitar acidentes e proteger não só os passageiros, mas o motorista também, para que ele não seja acusado indevidamente. Então se o nosso Projeto de lei nº

556 tivesse sido sancionado pelo governador, talvez hoje nós tivéssemos essas seis pessoas vivas.

Mas, infelizmente, não foi assim. Então nós vamos trabalhar para derrubar o veto a esse projeto porque é um projeto útil e necessário para a Segurança Pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - REPUBLICANOS - Seguindo a lista de oradores inscritos, queremos chamar à tribuna o deputado Gil Diniz. O deputado Gil Diniz tem o tempo regulamentar para o seu pronunciamento.

O SR. GIL DINIZ - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente, deputado Tenente Nascimento, boa tarde aos deputados presentes aqui no Pequeno Expediente, deputada Adriana Borgo, deputado Coronel Telhada, deputado Enio Tatto, cumprimento vocês aqui na galeria, nossos assessores, policiais militares e civis, o público que nos assiste pela Rede Alesp.

Presidente, venho a esta tribuna mais uma vez falar sobre a nossa Segurança Pública. Como eu disse aqui semana passada, Borgo, estou entrando com uma ação popular contra o uso das câmeras nos uniformes dos nossos policiais militares.

Tem aquelas pessoas bem-intencionadas na rede social, que interagem ali conosco, que acham, Borgo, que essa câmera traz algum benefício para o policial e para a sociedade. Mentira. Mentira, essa câmera inibe a atuação do policial, inclusive porque ela grava a todo momento.

Ela não para de gravar ali o policial. O policial não pode ir ao banheiro, essa câmera está gravando. “Ah, mas em outros países existe câmera.” Mas é discriminário do policial acioná-la ou não. Aqui no Brasil, aqui em São Paulo, deputado Nascimento, não é.

Nós estamos questionando, Borgo, os valores dos contratos. Começou com um milhão, cinco milhões. O contrato final é de mais de 30 milhões de reais, Nascimento, altíssimo. E eu digo aqui para vocês, que estão em casa: quem está fazendo o armazenamento, Borgo, dessas imagens?

Está numa empresa terceirizada, que não é tão protegida assim como deveria ser. Imagina só se o Primeiro Comando da Capital tem acesso a essas imagens. Imagina, Nascimento, já dei o exemplo aqui, morei muito tempo em uma favela em São Paulo.

Imagina só, V. Exa., eu, um dia, numa viela, na viela em que eu morava, encontro ali uma guarnição de policiais e falo para o policial militar que está com uma câmera no peito: “olha, atrás da minha casa tem uma biqueira e tem um traficante ali vendendo droga, oferecendo droga para o meu filho”, Borgo, e esse policial dá um flagrante nesse traficante.

Aí, chega em juízo e o advogado do traficante pede para verificar, Nascimento, a denúncia, a câmera, a imagem, e consigne o acesso a essa imagem, Borgo. E o tráfico ali da região em que eu morava identifica que eu fiz a denúncia à guarnição, e aquele vagabundo, bandido, canalha, traficante, foi preso.

Quantos dias, Nascimento, eu vou ter de vida? Quantos dias, Borgo, a minha família vai ter para se mudar daquela localidade? Senhores, parem de assistir a filme, parem de assistir a banguê-banguê, o mundo real é muito diferente disso aí que vocês assistem na TV.

Os nossos policiais estão sendo, deputado Conte Lopes, estão tendo suas mãos amarradas pelo governo do estado de São Paulo. Quem está ganhando com isso, Rodrigo Garcia? Quem está ganhando com isso?

Analisei, Borgo, os processos ali, os chamamentos, a licitação; eu notei que algumas empresas foram desqualificadas, não cumpriam os requisitos necessários. Aí eu faço uma pergunta para vocês, em casa: será que, não no Brasil, não em São Paulo, será que num país tão, tão distante, dominado pelo mesmo partido político há 30 anos, há fraude em licitações? Há licitações que são dirigidas para certas empresas vencerem a licitação e ganharem rios de dinheiro?

Eu acho, Conte, que em países bem distantes aqui do Brasil, aqui no Brasil obviamente não acontece, aqui em São Paulo, que é isso? Jamais aconteceria alguma coisa como essa.

Então, senhores, entro com essa ação popular, mais uma ação popular contra o governo do estado de São Paulo, fazendo aqui essas observações, esses questionamentos à Secretaria de Segurança Pública, a esses contratos milionários, Conte, como já foi colocado neste plenário. Bandido em São Paulo, São Paulo não tem dinheiro para colocar tornozeleira em bandido.

O bandido vai para casa ficar em prisão domiciliar, semiaberto, e não tem uma tornozeleira que custa 350 reais para colocar no seu tornozelo, mas os nossos policiais são vigiados 24 horas por dia. A política de Segurança Pública do estado de São Paulo protege o bandido, não protege os nossos policiais militares, e obviamente a nossa sociedade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - TENENTE NASCIMENTO - REPUBLICANOS - Seguindo a lista de oradores inscritos, chamo para o seu pronunciamento a deputada Adriana Borgo.

A deputada Adriana Borgo tem seu tempo regulamentar para o seu pronunciamento.

A SRA. ADRIANA BORG0 - PTC - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos e a todas; boa tarde, Cinza Bandeirantes; boa tarde, Policiais para Sempre; boa tarde, injustiçados família da Polícia Militar, da Polícia Civil aqui presente; uma honra estar aqui com vocês hoje.

Essa semana, na quinta-feira, eu perdi o herói da minha vida, e foi muito difícil. Quando nós perdemos é muito difícil, quando nós perdemos alguém que nos ensinou valores e alguém que nos ensinou a ser quem nós somos, acreditar e a fazer e a lutar pela justiça e pela verdade.

Essa foto é do meu pai na minha posse, como deputada, e ele aqui no meu gabinete. Se hoje eu estou aqui, eu tenho e devo tudo a ele, a tudo que ele me ensinou, os valores, principalmente. Ele sempre me ensinou que cada policial é ministro de Deus. E eu acreditei, e acredito nisso, e quero te agradecer, papai, por tudo que você foi na minha vida.

E que você, aí de cima, não se esqueça de me mandar força, sabedoria e pedir para Jesus que essa guerra aqui embaixo, não só no Parlamento, mas entre o bem e o mal não é fácil, é muito difícil, mas eu tive bons exemplos, eu tive o seu caráter embutido em mim. Agradeço a você, muito obrigada.

E hoje, nesse espírito de gratidão, estou aqui. Nós tivemos agora pouco, na Avenida Paulista, todos os policiais que foram demitidos e também foram excluídos injustamente das fileiras das instituições, policial militar, policial civil, policiais que entram meninos nas instituições, que deram suas vidas e que por frações de segundo tiveram as mesmas destruídas.

Hoje a nossa Constituição Paulista é totalmente desrespeitada quando o artigo dela, supremo diz que todo policial, todo agente da lei que for absolvido nas esferas criminal e cível tem o direito de incorporar, de voltar, de reintegrar as fileiras das instituições.

Mas hoje o Administrativo da Polícia, principalmente da Polícia Militar, vem como rolo compressor, desqualifica anos de trabalho desses homens e mulheres que deram suas vidas servindo e protegendo o povo.

Uma categoria que tem frações de segundos para decidir, entre o bem e o mal, como agir, uma categoria que é difamada pela sociedade, que não é reconhecida, principalmente pelo Estado, que deveria dar todo o suporte para que ela sobreviva, para que ela mantenha a ordem, para que ela nos proteja.

Mesmo assim, são homens e mulheres que fizeram juramento de proteger a minha vida e a dos senhores com a própria vida.

\*\*\*

- Assume a Presidência o Sr. Gil Diniz.

\*\*\*

Quando nós vemos policiais de 29 anos e 11 dias para se aposentar, demitidos por coisas tão banais - porque o R-Quero imperou - é de cortar a alma. E nós não estamos falando de

uma profissão, porque se fosse só uma profissão, qualquer um procuraria outra e já estaria empregado.

Nós estamos falando do roubo que vocês, senhores, sofreram, que é o roubo da dignidade humana, essa dignidade que a sua família passou junto com vocês, a falta, a privação de alimento na mesa, a dor nas suas costas, o estado emocional que vocês, depois de anos dentro da polícia, adquiriram, e que hoje são descartados como lixo, como números.

É isso que a PEC 06 nesta Casa vem tratar, é para impedir que novos policiais passem por isso, é para impedir que a Constituição seja desconsiderada, é para impedir que maus comandantes, por causa do R-Quero e porque eu quero, mandem embora homens e mulheres valerosos, que desconsiderem na sua dose de punição toda vida pregressa dos senhores que todos os dias saem nas ruas e não querem cometer nenhum ato infracional, mas são humanos e, às vezes, erros acontecem.

Mas mandar embora, expulsar por coisas tão bestas? Se eu pegar casos desses senhores, um caso por pessoa, vocês vão achar que isso não acontece no Brasil, que isso é mentira, que eu estou inventando.

Ouçam esses senhores e vocês vão entender o que nós estamos pedindo aqui. A PEC 06 vem fazer valer os direitos dos nossos heróis. Heróis que podem por um momento não estar usando mais farda, nem distintivo, mas que aqui dentro ninguém tira o sangue do servir e proteger.

Então eu conclamo todos os deputados desta Casa a olhar com um olhar de justiça, um olhar de amor para esses profissionais de Segurança Pública. São milhares de policiais que foram, que tiraram, que tiveram suas vidas destruídas por uma fração de segundo, por uma caneta Bic, como bem disse hoje o sargento Alexandre, que muda a vida, que transforma vidas e que deixa as pessoas semimortas, zumbis.

Parabéns por vocês existirem, parabéns por vocês estarem aqui hoje, por terem coragem de vir aqui lutar pelos direitos dos senhores. Tenha a certeza de que nesta Casa eu e outros mais deputados que conseguirem trazer para que apoiem a PEC 06, vocês terão o meu apoio.

Muito obrigada. PEC 06 já, por uma questão de justiça. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputada Adriana Borgo. O meu abraço aos policiais militares. Borgo tem o meu apoio. Vossa Excelência tem o meu apoio, Adriana. Vocês também têm.

Os meus sentimentos pela perda do seu pai, meus sentimentos também ao Coronel Nishikawa, que teve, esses dias, o falecimento da sua irmã.

Como a Borgo disse, PEC 06 já! É uma demanda dos deputados que têm o mínimo de sensibilidade, Borgo. Com certeza têm o apoio do Conte Lopes, do Nascimento e dos demais pares, mas é uma luta constante, uma luta diária que nós travamos aqui, no parlamento. Vocês têm o nosso apoio.

Seguindo a lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, convido para fazer uso da tribuna o nobre deputado Tenente Nascimento. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. TENENTE NASCIMENTO - REPUBLICANOS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde a todos, boa tarde à nossa assessoria, boa tarde aos nossos bravos policiais que estão nesta luta. Conte conosco.

Inclusive, quando a deputada Adriana Borgo começou essa luta, nós estávamos na CCI, fizemos lá a relatoria e foi aprovado, está pronta para a Ordem do Dia. O que nós estamos pedindo, o que a deputada Adriana está pedindo juntamente com os demais deputados é que haja o que vocês estão fazendo aqui hoje: justiça. Então, contem conosco.

Eu quero aqui, deputada Adriana, mais uma vez dizer a você que o seu Germano está muito feliz hoje aqui. Se ele estivesse aqui, ele estaria muito feliz. Por quê? Porque foi ver a filha dele vir para o parlamento e não ficar calada e ser, assim, combativa.

Parabéns, Adriana, e nossos mais sinceros sentimentos pela perda do seu papai querido. Com certeza ele está olhando lá de cima que você realmente falou para que veio para o Parlamento. Muito obrigado.

Hoje, 10 de maio, Sr. Presidente, todos que nos assistem pela Rede Alesp, quero dizer que hoje é o Dia dos Consegs, né? Uma homenagem que nós fizemos pela manhã aos Consegs de todo o estado de São Paulo, os Conselhos de Segurança Comunitária, os Consegs, pelos seus 37 anos. Nós recebemos aqui os mais diversos Consegs de todo o Estado.

Então, na pessoa do nosso sempre grande Corato, nós aqui tivemos uma manhã festiva em homenagem a esses conselheiros, que eu fui informado hoje de que eles têm um salário, e eu não conhecia esse salário, que é um salário de voluntário.

Os Consegs são aqueles, deputada Adriana e deputado Conte Lopes, que estão apoiando as forças de segurança, apoiando a Polícia Militar, apoiando a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros.

Eles estão assim voluntariamente ao trabalho que vem se somar à segurança de nosso Estado. Hoje foi um dia muito importante para todos nós, que quando tivemos a felicidade do então governador Franco Montoro, que nós dissemos que era o pai dos Consegs.

Então, o que aconteceu? Há 37 anos atrás, quando começou timidamente, mas hoje nós comemoramos esses 37 anos. Vimos que, mesmo na pandemia, começaram a fazer reuniões on-line, reuniões e atividades, ruas escuras...

Vamos conseguir condições para realmente virem a ser iluminadas. Até nossas unidades que temos aí, eles também conseguiram fazer as unidades para que abrigassem melhor nossos policiais militares.

Então, eu quero dizer a todos que nós tivemos essa importante homenagem e vamos passar agora um vídeo de alguns momentos que nós tivemos hoje aqui pela manhã nessa grande homenagem que nós fizemos aos Consegs.

\*\*\*

- É exibido o vídeo.

\*\*\*

Dona Fumie é uma importante presidente de Conseg, a mais antiga de todos os Consegs. Passou um período de enfermidade. Mas, assim que se recuperou, ela, pronta para estar à frente dos Consegs, trabalhando.

Então, o exemplo que dona Fumie deu a todos nós, é que nós temos que continuar trabalhando, que continuar lutando, e continuar fazendo aquilo que nos foi determinado.

Deputada Adriana Borgo, eu quero dizer a você, mais uma vez, e a todos, essa luta de vocês, para que vá ao diálogo, não é pressão. Ao diálogo aos deputados, para que o presidente realmente venha a pautar a PEC 6, para que possamos conquistar realmente essa luta de vocês.

Meu muito obrigado. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Tenente Nascimento. Convido a fazer uso da tribuna o nobre deputado Conte Lopes. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, povo que nos acompanha do plenário da Assembleia. Primeiramente, meus cumprimentos à deputada Adriana Borgo. Meus sentimentos pela passagem do seu pai. Parabéns pelo seu trabalho defendendo os policiais. Realmente é uma verdade.

Isso que os senhores estão pleiteando, este deputado apresentou uma emenda à Constituição, e foi aprovada, no Art. 138. Porque a PM manda embora, e depois, o cara que se vire na Justiça. Eu consegui colocar esse artigo. Que o policial que foi demitido, e depois foi absolvido pela Justiça, ele automaticamente tem que voltar à corporação.

Ele foi julgado inocente. É uma questão de justiça, como os senhores gritaram. Se a pessoa é inocente! Só que o Estado e a